

Um ato contra a LSN: quase virou *saque* confusão.

Uma manifestação ontem, diante da sede da Superintendência da Polícia Federal, no Rio, por pouco não terminou em confusão: os manifestantes hipotecavam solidariedade aos presos Danilo Groff e Maurício Pencak, incurso na Lei de Segurança Nacional, acusados de agressão ao presidente Sarney. Alguns agentes da Polícia Federal passaram a fotografar, indistintamente, manifestantes e jornalistas e estes protestaram.

"Nós fotografamos qualquer um", "e daí, estou fotografando sim", respondiam os policiais, ante o protesto dos jornalistas. O deputado Milton Temer (PSB), que também é jornalista, exigiu explicações dos policiais e o delegado Antônio Carlos Rayol disse lamentar nada poder fazer. De acordo com o delegado, os policiais infiltrados na manifestação estavam de folga e tiravam fotografias por conta própria.

Em São Paulo, o presidente regional do PC do B, Gilberto Natalini, prestou depoimento à Polícia Federal sobre suas declarações a respeito dos saques. Ao contrário de Djalma Bom, do PT, que anteontem foi indiciado na LSN, Natalini respondeu apenas a uma investigação policial preliminar. Segundo seu advogado, Idibal Piveta, não há inquérito.

Natalini disse que, no depoimento, reafirmou sua posição e a de seu partido: "Não organizamos nenhum saque nem incentivamos. Achamos apenas que os saques são produto da fome, do desespero diante da crise econômica". E acrescentou: "O PC do B daria apoio político ao saque no sentido de pressionar as autoridades brasileiras para que tratassem a miséria e a fome do povo como um problema social e não de polícia".

Hoje, a PF de São Paulo ouvirá o diretor regional da CUT, Jorge Coelho, que poderá ser indiciado na LSN, sob a acusação de ter chamado o presidente Sarney de "cafajeste" no comício das diretas na Sé. O presidente da entidade, Jair Meneguelli, também deverá depor em breve, o mesmo acontecendo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Vicente Paulo da Silva, que não se conforma com a aplicação da Lei de Segurança Nacional (que "dá segurança a uma elite e não à Nação") já que nem mesmo participou do comício da Sé, por estar doente e em repouso em casa.

Já a diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) levou ontem ao presidente em exercício, deputado Ulysses Guimarães, o apelo para que não seja aplicada a LSN contra os acusados dos distúrbios no Rio nem contra os participantes do comício pró-diretas em São Paulo. Ulysses prometeu passar o apelo ao presidente Sarney.

A OAB também defendeu a revogação da lei, identificada como instrumento dos governos autoritários do passado. No entanto, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, continua surpreso por estar verificando "que muitas pessoas não se deram conta de que a chamada Lei de Segurança de hoje não tem nada a ver com aquela Lei de Segurança de 1969, que nós tanto criticamos, que eu tanto critiquei". Segundo o ministro, a LSN foi totalmente modificada em 1983, no governo do general Figueiredo.